

CAPITULO V

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No decorrer deste capítulo iremos proceder à discussão dos resultados, tendo como base a apresentação dos mesmos, feita no capítulo anterior, e tendo como objectivo, uma melhor compreensão do seu significado, recorrendo a estudos já realizados e analisados no capítulo revisão da literatura, com o intuito de estabelecer comparações.

Com base nos resultados obtidos na estatística descritiva, podemos verificar que dos 80 alunos que constituíram a amostra total, 58,8% (N=47) são do género feminino e 41,3% (N=33) são do género masculino, logo, podemos concluir que a amostra é maioritariamente constituída por alunos do género feminino.

Relativamente à variável idade (M= 17,33; DP= 0,652), podemos verificar que 76,3% (N=61) da amostra total possui 17 anos, seguido a idade de 18 anos com 16% (N=13) e 6,3% (N=13) contêm a idade de 19. Apenas 1,3% (N=1) dos indivíduos possui 20 anos. Com isto, verificámos que a grande maioria dos indivíduos que constituem a amostra total possui 17 anos.

Observando a variável ano de escolaridade, verificamos que a amostra é constituída maioritariamente (55%, N=44) por alunos do 12º ano de escolaridade, seguido do 11º ano com 38,8% (N=31) da amostra total. O 10º ano é representado por 6,3% (N=5) da amostra total.

Quanto à variável presença de familiares ou amigos com deficiência, apuramos que a grande maioria dos alunos (77,5%, N=62) não contem nenhum familiar ou amigo com deficiência, e 22,5% (N=18) possui familiares ou amigos com deficiência.

Em relação à variável presença de pessoas com deficiência na turma, podemos constatar, tal como na variável anteriormente descrita que, 77,5% (N=62) dos alunos nunca teve a presença de pessoas com deficiência na turma e 22,5% (N=18) já teve essa experiência.

No que respeita à variável presença de pessoas com deficiência na aula de Educação Física, podemos observar que 90% (N=72) dos inquiridos respondeu nunca

ter tido pessoas com deficiência na sua turma, e 10% (N=8) dos inquiridos respondeu positivamente a esta questão.

No que se refere à variável nível de competitividade, podemos verificar que a grande maioria dos alunos pertencentes à amostra (68,8%, N=55) refere ser mais ou menos competitivo, enquanto 16,3% (N=13) dos inquiridos refere não ser competitivo e 15% (N=12) dos alunos refere ser muito competitivo.

Quanto à variável participação na semana de EF adaptada, averiguamos que 53,75% (N=43) dos alunos inquiridos não participaram e 47,25% (N=37) participaram nestas aulas.

Através da análise da estatística inferencial realizada à amostra total durante o primeiro momento de aplicação (pré-teste), podemos comparar diversas variáveis, como a seguir irão estar descritas.

No presente estudo observamos que as atitudes globais, atitudes específicas de EF e Atitudes face à alteração de regras não apresentam diferenças estatisticamente significativas entre os géneros, o que nos leva a rejeitar as hipóteses 1, 2 e 3 (respectivamente, “A atitude global na EF dos alunos do género feminino são mais favoráveis face à inclusão de alunos com deficiência”, “As atitudes específicas da EF dos alunos do género feminino são mais favoráveis face à integração de alunos com deficiência” e “As atitudes face à alteração de regras dos alunos do género feminino são mais favoráveis face à inclusão de alunos com deficiência”). Estes resultados não vão de encontro aos estudos de Voeltz (1982, cit por Block, 1995), Condon et al. (1986, cit por Block, 1995), Block (1995), Tripp et al. (1995, cit. por Panagiotous, 2008, p.32), Fishbein (1996, cit. por Slininger et al., 2000), Papadopoulou (2004), Slininger et al. (2000) e Hutzler et al, (2005), onde referem que o género feminino tem atitudes mais favoráveis em comparação com género masculino. Fishbein especula ainda que esta tendência deve-se “às raparigas serem mais sociáveis e responsáveis em situações de inclusão, comparativamente com os rapazes”. Outros autores referem que as atitudes do género feminino são mais positivas, visto que é esperado que estas sejam mais preocupadas e cuidadoras.

No nosso estudo, e como foi referido anteriormente, as atitudes entre os géneros não apresentaram diferenças estatisticamente significativas no que respeita às atitudes Globais, específica de EF e Face à alteração de regras. Estes resultados vão de encontro

com o estudo realizado por Hodge et al, (2002, cit por Doulkeridou et al., s.d.), Evaggelinou, (2004, cit. por Doulkeridou et al. s.d.) e Doulkeridou et al. (s.d.), onde referem não existir diferenças estatisticamente significativas entre os géneros masculinos e feminino. No entanto, podemos verificar através da análise dos resultados que o género feminino tem tendência a apresentar atitudes (Gerais, específica de EF e Face à alteração de regras) ligeiramente mais positivas que o género masculino.

Relativamente à variável presença de familiares ou amigos com deficiência, os resultados do nosso estudo mostraram que, os alunos que possuíam familiares ou amigos com deficiência apresentaram valores médios de atitudes (Global, Especifica na EF e Face à alteração de regras) ligeiramente mais favoráveis que as atitudes relativas aos alunos que não possuíam, no entanto, não existem diferenças estatisticamente significativas, o que nos leva a rejeitar as hipóteses 4, 5 e 6 (respectivamente, “ As atitudes globais na EF dos alunos que possuem familiares ou amigos com deficiência são mais favoráveis face à integração de alunos com deficiência”, “As atitudes específicas da EF dos alunos que possuem familiares ou amigos com deficiência são mais favoráveis face à integração de alunos com deficiência” e “As atitudes face à alteração de regras dos alunos que possuem familiares ou amigos com deficiência são mais favoráveis face à integração de alunos com deficiência”). Estes resultados confirmam as conclusões do estudo de Archie et al. (1989, cit. por Block, 1995) que refere não existirem diferenças entre alunos que já tiveram experiências anteriores de contacto com indivíduos com deficiência e aqueles que não tiveram. Com isto, podemos conjecturar que o contacto prévio com indivíduos com deficiência pode não ter influência nas atitudes face à deficiência. No entanto, outros estudos contrariam marcadamente com estes resultados, como o de Block (1995) e Loovis et al. (1997), onde referem que a experiência com familiares ou amigos com deficiência está associada a atitudes positivas por parte das pessoas sem deficiência.

Uma conclusão inesperada está relacionada com a variável presença de pessoas com deficiência na turma, onde os resultados analisados evidenciam que as atitudes específicas na EF dos alunos que nunca tiveram presença de pessoas com deficiência na turma são ligeiramente superiores em termos médios, comparativamente com os alunos que já tiveram essa experiência. Com isto, teremos de rejeitar a hipótese 8 (“As atitudes

específicas da EF dos alunos sem deficiência face à inclusão de alunos com deficiência são influenciadas positivamente pela presença de colegas de turma com deficiência”). Verificámos ainda que os alunos que já tiveram a presença de pessoas com deficiência na turma apresentam atitudes gerais na EF e atitudes face à alteração de regras ligeiramente superiores, no entanto, sem diferenças estatisticamente significativas, o que nos leva a rejeitar as hipóteses 7 e 9 (respectivamente “As atitudes globais na EF dos alunos sem deficiência face à inclusão de alunos com deficiência são influenciadas positivamente pela presença de colegas de turma com deficiência” e “As atitudes face à alteração de regras dos alunos sem deficiência face à inclusão de alunos com deficiência são influenciadas positivamente pela presença de colegas de turma com deficiência”). Estes resultados são consistentes com o estudo de Hutzler et al. (2008), onde refere que ao contrário do que era esperado, não foram encontradas diferenças entre os alunos que participaram e aqueles que não participaram em aulas com indivíduos com deficiência. Com estes resultados a participação em aulas com alunos com deficiência parece não ter nenhuma influência nas atitudes. No entanto, outros estudos contrastam com estes resultados, como o de Block (1995) e Voeltz (1980, cit. por Block, 1995) onde referem que as crianças são influenciadas positivamente nas suas atitudes, quando expostas previamente ao contacto com crianças com deficiência.

À semelhança do que aconteceu anteriormente, a variável presença de pessoas com deficiência na aula de EF apresenta conclusões inesperadas, sendo que nas atitudes específicas de EF, os resultados não apresentaram diferenças estatisticamente significativas entre os inquiridos, no entanto, é de salientar que os alunos que nunca tiveram a presença de pessoas na sua aula de Educação Física evidenciaram atitudes ligeiramente superiores comparativamente aos alunos que já tiveram essa experiência. Com esta contradição podemos conjecturar que por vezes o contacto com pessoas com deficiência poderá ter uma ligeira influência negativa nas pessoas sem deficiência. Assim com os resultados anteriormente descritos teremos de rejeitar a hipótese 11 (“Os alunos que possuem colegas com deficiência nas aulas de Educação Física têm atitudes específicas da EF mais favoráveis face à inclusão de alunos com deficiência). No que respeita às atitudes globais na EF e atitudes face às alterações de regras apesar de os resultados não apresentarem diferenças estatisticamente significativas, as atitudes dos alunos que já tiveram a experiência de possuírem alunos com deficiência na suas aulas

de EF, têm tendência ligeiramente positiva comparativamente com alunos que nunca tiveram essa experiência. Estes resultados levam-nos a rejeitar as hipóteses 10 e 12 (respectivamente “Os alunos que possuem colegas com deficiência nas aulas de Educação Física têm atitudes globais na EF mais favoráveis face à inclusão de alunos com deficiência” e “Os alunos que possuem colegas com deficiência nas aulas de Educação Física têm atitudes face à alteração de regras mais favoráveis face à inclusão de alunos com deficiência”). Estes resultados são suportados por Archie e Sherrill (1989, cit. por Block, 1995) onde referem não haver diferenças de atitudes entre os indivíduos que já tiveram alunos com deficiência nas suas aulas de EF e os que nunca tiveram. Esta conclusão leva-nos a entender que por vezes, o contacto prévio com indivíduos com deficiência não influencia significativamente de um modo positivo as atitudes dos alunos sem deficiência. No entanto, outros estudos apresentam conclusões distintas, como o de Block (1995) e Voeltz (1980, cit. por Block, 1995) onde referem que as crianças são influenciadas positivamente nas suas atitudes, quando expostas previamente ao contacto com crianças com deficiência.

No nosso estudo, os resultados mostram que, no que respeita à variável nível de competitividade, existem diferenças estatisticamente significativas entre os géneros, sendo que o género masculino apresenta um nível de competitividade superior ao género feminino. Relativamente à atitude global na EF os resultados não apresentaram diferenças estatisticamente significativas na comparação entre os níveis de competitividade, no entanto, é importante referir, que existe uma tendência mais positiva nas atitudes dos alunos muito competitivos, o que nos leva a rejeitar a hipótese 13 (“As atitudes gerais da EF dos alunos face à inclusão de indivíduos com deficiência são inversamente proporcionais ao seu nível de competitividade”). Na variável atitude específica na EF os resultados obtidos não apresentam diferenças estatisticamente significativas o que nos leva a rejeitar a hipótese 14 (“As atitudes específicas da EF dos alunos face à inclusão de indivíduos com deficiência são inversamente proporcionais ao seu nível de competitividade”), no entanto o valor da significância apresentado (0,055) aproxima-se muito do nível de significância, sendo considerado por isso um valor marginal. Com isto, podemos referir que para a atitude específica os alunos mais ou menos competitivos apresentam uma tendência mais positiva em comparação com os alunos muito competitivos e nada competitivos. Verificámos ainda, que nas atitudes

face à alteração de regras, os resultados não apresentam diferenças estatisticamente significativas o que nos levam a rejeitar a hipótese 15 (“As atitudes face à alteração de regras dos alunos na inclusão de indivíduos com deficiência são inversamente proporcionais ao seu nível de competitividade”). No entanto, os resultados indicam que existe uma ligeira tendência positiva nas atitudes face à alteração de regras nos alunos muito competitivos comparativamente aos alunos nada competitivos e mais ou menos competitivos. Todos estes resultados anteriormente descritos não vão de encontro aos estudos realizados por Block (1995) e Panagiotou et al (2008), onde referem que as atitudes negativas estão associadas a um nível de competitividade elevado. De acordo com alguns estudos (Kalyvas & Reid, 2003), os resultados indicam que os alunos não concordam com a alteração de regras, isso pode dever-se ao facto de a adaptação nas regras puder retirar competitividade e desafio nos exercícios propostos. No entanto, com os resultados obtidos neste estudo, podemos conjecturar que por vezes o elevado nível de competitividade não significa atitudes negativas face à inclusão (integração) de pessoas com deficiência.

No decorrer do nosso estudo, decidimos criar um grupo de controlo (alunos que não participaram na semana de EF adaptada), e um grupo experimental (alunos que participaram na semana de EF adaptada). Para o grupo experimental, o grande objectivo consiste em verificar se a actividade produz algum tipo de impacto no sentido de favorecer as atitudes dos alunos sem deficiência face à inclusão de alunos com deficiência. No que respeita ao grupo de controlo, pretende-se avaliar a consistência e validade das respostas.

Quando comparado o grupo experimental com o grupo controlo no primeiro momento de aplicação dos questionários (antes da semana de EF adaptada), verificamos nos resultados obtidos, que as atitudes (globais, específicas na EF e face à alteração de regras) apesar de não haver diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos, houve uma tendência ligeiramente positiva no grupo de controlo. No entanto, com a aplicação do segundo momento dos questionários, podemos constatar que houve uma reviravolta nos resultados obtidos em comparação com o primeiro momento, uma vez, que apesar de não haver diferenças estatisticamente significativas, o grupo experimental (participantes na semana de EF adaptada), apresentou valores médios de atitudes (Globais na EF, específica na EF e face à alteração de regras) com tendência ligeiramente mais positiva do que o grupo de controlo. Com isto tudo, o que foi referido

anteriormente, leva-nos a rejeitar as hipóteses 16, 17 e 18 (respectivamente “o segundo momento de aplicação, as atitudes gerais na EF dos alunos que participam na actividade (Grupo Experimental) são mais favoráveis que as dos alunos que não participam (Grupo de Controlo)”, “no segundo momento de aplicação, as atitudes Específicas na EF dos alunos que participam na actividade (Grupo Experimental) são mais favoráveis que as dos alunos que não participam (Grupo de Controlo)” e “No segundo momento de aplicação, as atitudes face à alteração de regras dos alunos que participam na actividade (Grupo Experimental) são mais favoráveis que as dos alunos que não participam (Grupo de Controlo)). Estes resultados vão de encontro aos estudos de Lockart (1994 cit. por Panagiotou et al., 2008) e Block et al. (1996), que revelam não haver diferenças estatisticamente significativas nos resultados das atitudes dos alunos sem deficiência após uma intervenção inclusiva. Numa outra perspectiva, estudos de Loovis et al. (1997), Van Biesen et al. (2006), Jesina et al. (2006, cit. por Panagiotou, 2008) e Panagiotou (2008) referem que a intervenção inclusiva influencia positivamente as atitudes globais dos alunos sem deficiência, indo com isto, contra os resultados evidenciados nesta investigação.

Relativamente ao grupo experimental, podemos comparar os resultados entre o pré-teste e o pós-teste. Verificámos então, que apesar de não haver diferenças estaticamente significativas entre os dois momentos de aplicação, existe uma tendência ligeiramente mais positiva nas atitudes (globais na EF, específica na EF e face á alteração de regras) do pós-teste em comparação com o pré-teste. Este facto levou-nos a rejeitar as hipóteses 19, 20 e 21 (respectivamente “no segundo momento de aplicação, as atitudes globais na EF dos alunos face à inclusão de indivíduos com deficiência, sofrem alterações positivas depois da sua participação na aula de EF adaptada”, “no segundo momento de aplicação, as atitudes específicas na EF dos alunos face à inclusão de indivíduos com deficiência, sofrem alterações positivas depois da sua participação na aula de EF adaptada” e “no segundo momento de aplicação, as atitudes face à alteração de regras dos alunos perante a inclusão de indivíduos com deficiência, sofrem alterações positivas depois da sua participação na aula de EF adaptada”). Realizámos também uma correlação entre o pré-teste e o pós-teste do grupo experimental, e com isto, verificámos que existe uma correlação significativa nas atitudes globais de EF (correlação=0,591 e sig=0,000), atitudes específicas na EF (correlação=0,461 e sig=0,004) e atitudes face à alteração de regras (correlação=0,585 e sig=0,000). Estes

resultados são suportados por Panagiotou (2008) referindo que a intervenção inclusiva não influenciou as atitudes específicas do grupo experimental, o que vai de encontro com a nossa investigação. No entanto, outros estudos contrastam marcadamente com estes resultados, como o de Loovis et al. (1997), Van Biesen et al. (2006), Jesina et al. (2006, cit. por Panagiotou, 2008) e Panagiotou (2008) referindo que a intervenção inclusiva influencia positivamente as atitudes globais dos alunos sem deficiência, indo com isto, contra os resultados evidenciados nesta investigação. Relativamente às atitudes face à alteração de regras não se verificaram estudos anteriores que se tenham relacionado estas variáveis, pelo que não podemos comparar os resultados alcançados no nosso estudo. Assim é importante realizarem mais estudos nesta área de modo a obtermos estudos comparativos.

Ainda no que respeita ao Grupo experimental, foram comparadas as atitudes entre o género feminino e o masculino após a intervenção. Com os resultados obtidos, verificámos que apesar de não haver diferenças estatisticamente significativas, os valores médios das atitudes (globais na EF, específica na EF e face á alteração de regras) do género feminino são ligeiramente superiores ao género masculino, o que nos leva a rejeitar as hipótese 22, 23 e 24 (respectivamente “após a intervenção, e relativamente ao grupo experimental, os alunos do género feminino apresentaram atitudes globais na EF mais favoráveis em comparação com o género masculino”, “após a intervenção, e relativamente ao grupo experimental, os alunos do género feminino apresentaram atitudes específicas na EF mais favoráveis em comparação com o género masculino” e “Após a intervenção, e relativamente ao grupo experimental, os alunos do género feminino apresentaram atitudes face à alteração de regras mais favoráveis em comparação com o género masculino”). Estes resultados são suportados pelos estudos de Lockhart (1994 cit por Panagiotou et al., 2008), Kalyvas et al. (2003) e Panagiotou (2008), onde referem não existir diferenças estatisticamente significativas entre o género feminino e o masculino após uma intervenção inclusiva. No entanto, outros estudos apresentam conclusões distintas, como o de Loovis et al. (1997) e Van Biesen et al. (2006) confirmando que a aplicação de uma intervenção inclusiva provoca no género feminino, atitudes positivas superiores relativamente às atitudes evidenciadas pelo género masculino. Tal como já foi referido anteriormente, as atitudes do género feminino são mais positivas em comparação com o género masculino, visto, que é esperado que as alunas do género feminino sejam mais preocupadas, sensíveis e cuidadoras.

Esta investigação surge no âmbito da tentativa de observar de que modo uma intervenção inclusiva de alunos com deficiência poderá influenciar as atitudes dos alunos sem deficiência. Através dos resultados obtidos anteriormente, podemos constatar que apesar de não haver diferenças significativas, as atitudes após a intervenção (semana de EF adaptada) tiveram uma ligeira melhoria. Isto poderá querer dizer que aulas deste tipo, influenciam de um modo positivo as atitudes dos alunos sem deficiência e ao mesmo tempo preparam-nos para no futuro encararem com naturalidade situações deste género.